

PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 13/05/2025

100 TC-004499.989.23-4

Prefeitura Municipal: Olímpia.

Exercício: 2023.

Prefeitos: Fernando Augusto Cunha e Fábio Martinez.

Períodos: (01/01/23 a 28/04/23, 14/05/23 a 31/12/23) e (29/04/23 a 13/05/23).

Advogado(s): Percival José Bariani Junior (OAB/SP nº 252.566) e Adriane Maria Gonçalves (OAB/SP nº 437.211).

Procurador(es) de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalizada por: UR-8.

Fiscalização atual: UR-8.

(GCDER-41)

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ATENDIDOS OS PRINCIPAIS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. DÉFICIT DE VAGAS EM CRECHES. EXCESSO DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as **CONTAS ANUAIS** do exercício de **2023** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA**.

1.2. A fiscalização foi realizada pela Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR-08, que na conclusão do relatório (Evento 141.66) apontou as seguintes ocorrências:

A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

- ✓ I Fiscalização Ordenada 2023 - Unidades de Saúde – Estratégia Saúde da Família - ESF Dr. Custódio Ribeiro de Carvalho; III Fiscalização Ordenada 2023 - Resíduos Sólidos; IV Fiscalização Ordenada 2023 – Escolas de Tempo Integral - EMEB Professora Zenaide Rugai Fonseca e V Fiscalização Ordenada - Transferências Especiais – Emendas PIX: Diversas impropriedades constatadas e não regularizadas pela Origem.

A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

- ✓ Não há evidência, nos relatórios elaborados, de análise de processos licitatórios tampouco de acompanhamento das incorreções, determinações e recomendações Desse E. TCESP;

- ✓ Controle Interno não realizou o acompanhamento dos repasses e aplicações de recursos às entidades do terceiro setor;
- ✓ O Controle Interno não elaborou o Plano Operativo Anual;
- ✓ Desatendimento ao disposto nos artigos 66 e 67, das Instruções TCESP nº 01, de 22 de setembro de 2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 70 e 74, da Constituição Federal, bem assim ao artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38, da Lei Orgânica desta Corte.

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

- ✓ A Prefeitura não realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento; não houve a publicação dos resultados do Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA;
- ✓ Fixação de dotações que não se coadunam com o objetivo estabelecido; incompatibilidade entre os valores previstos nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
- ✓ Discrepância entre receita prevista e arrecadada, que atingiu 38% no exercício examinado;
- ✓ Alterações orçamentárias de 50,25%, no período analisado;
- ✓ Necessidade de aprimoramento do Departamento de Planejamento;
- ✓ Necessidade de melhorias nos quesitos que compõem o IEG-M/I-Plan.

B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)

- ✓ Não foi instituído procedimento de revisão do cadastro imobiliário estabelecendo a sua periodicidade; no instrumento normativo que obriga o(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis e Distribuidor(es) a informar periodicamente as transmissões imobiliárias realizadas no seu território, para fins de incidência do ITBI, não há previsão de aplicação de multa pelo não atendimento; o Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, não contém demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário;
- ✓ Necessidade de melhorias nos quesitos que compõem o IEG-M/I-Fiscal.

B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

- ✓ Falta de fidedignidade das informações prestadas; déficit de vagas nas creches municipais; a maioria dos motoristas do transporte escolar não possuem aprovação em curso de especialização em transporte escolar; muitos veículos do transporte escolar têm mais de 10 anos uso; o Conselho Municipal de Educação não aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referentes ao exercício de 2023.

B.3.2. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DO ENSINO

- ✓ Diversas Unidades Escolares com problemas estruturais (pinturas descascadas, infiltrações, vazamentos, etc.) e falta de acessibilidade;
- ✓ Planejamento falho/deficiente e sem coesão entre as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);

- ✓ Veículos que realizam o transporte escolar com mais de 10 anos de uso, não havendo no planejamento previsão de substituição dessa frota, o que pode vir a comprometer o pleno atendimento dessa população no futuro.

B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)

- ✓ Falta de fidedignidade das informações prestadas;
- ✓ Aprovação do Plano Municipal de Saúde 2022/2025 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após aprovação pela Câmara Municipal do PPA 2022/2025; o agendamento das consultas médicas na Atenção Básica e Atenção Especializada é realizado para dois ou mais pacientes no mesmo horário; a Prefeitura não realizou Plano de Ação Municipal para inclusão do Município à sua RAPS; nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estão disponibilizados no sistema de regulação municipal.

B.4.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA SAÚDE

- ✓ Diversas Unidades de Saúde necessitando de manutenção (paredes trincadas, pinturas descascando, sinais de infiltração); local com infestação de pombos e controle precário de medicamentos.

B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

- ✓ Falta de fidedignidade das informações prestadas;
- ✓ A Prefeitura Municipal não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos; a Prefeitura não fiscalizou a emissão de poluentes de combustíveis fósseis (diesel) na frota municipal; não existe licença de operação da CETESB para a Área de Transbordo e Triagem (ATT) de Resíduos da Construção Civil; antes de aterrar o lixo, o Município não realiza nenhum tipo de processamento de resíduos; existência de pontos de descarte irregular de lixo no Município.

B.5.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE

- ✓ Centro de triagem de coleta seletiva de resíduos desativada; área não licenciada para disposição de resíduos da construção civil, que também serve de local para disposição indevida de resíduos da limpeza urbana e resíduos volumosos; diversos locais no Município servindo para descarte irregular de lixo.

B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)

- ✓ Falta de fidedignidade das informações prestadas; não há manutenção adequada de todas as vias públicas do Município; o Município não possui cadastro da lista de fornecedores para coleta e distribuição de suprimentos de ajuda humanitária para o caso de desastre.

B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)

- ✓ Falta de fidedignidade das informações prestadas;
- ✓ A solicitação por meio do e-SIC não é simplificada; a Prefeitura não estabelece procedimentos e responsabilidades quanto ao uso da tecnologia da informação pelos funcionários municipais; os riscos de TIC não são identificados de acordo com as normas brasileiras da família ISO/IEC 27000, tampouco com as normas

da ABNT NBR ISO/IEC 31000; a Prefeitura não dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório; o Município não regulamentou a Lei sobre Eficiência Pública (Governo Digital);

- ✓ O Município não atende de forma integral a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- ✓ Elevado índice de alterações orçamentárias indicando necessidade de melhorias no planejamento.
- ✓ Divergência nos valores informados ao Sistema Audep das alterações orçamentárias.

C.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

- ✓ Aumento da dívida de longo prazo em 47,80%.

C.1.6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

- ✓ Os registros contábeis não observaram as orientações previstas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 15 da Secretaria do Tesouro Nacional, consoante o disposto no Comunicado SDG nº 29, de 27 de maio 2021.

C.1.7.3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

- ✓ Embora o sistema de previdência complementar tenha sido instituído através da LC nº 246, de 15 de setembro de 2021, ele não foi implantado efetivamente no Município.

C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- ✓ Falta de fidedignidade e de transparência nas informações prestadas em relação ao quadro de pessoal.

C.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

- ✓ Divergências no quantitativo de servidores contratados pela Origem e informados via Sistema Audep, resultando em falta de fidedignidade e transparência das informações prestadas;
- ✓ Contratação por tempo determinado para preenchimento de vagas de caráter permanente (servidores efetivos) em desatendimento ao inciso II, do artigo 37, da CF.

C.1.10.1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO SEM NORMATIVO LEGAL QUE REGE A MATÉRIA

- ✓ Contratação de servidores temporários sem normativo legal que rege a matéria; servidores contratados temporariamente que permanecem nos cargos a quase dez anos; situações que estão em dissonância com os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade, desatendendo, ainda, a previsão contida nos incisos II e IX, do artigo 37, da CF.

C.10.2. REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DE FORMA HABITUAL E EM LIMITE ACIMA DO PERMISSIVO LEGAL

- ✓ Realização de serviço extraordinário de forma frequente, configurando possível complementação salarial de alguns servidores e em quantidade que extrapola

o permitido na LC nº 01, de 22 de dezembro de 1993 (2 horas diárias); realização de horas extras remuneradas com 100% da hora normal, sem previsão legal.

C.10.3. ACÚMULO DE FÉRIAS VENCIDAS

- ✓ Servidores que estão acumulando férias vencidas, em desatendimento ao inciso XVII, do artigo 7º, da CF e ao artigo 87, da LC nº 01, de 22 de dezembro de 1993.

C.2.2. ORIENTAÇÃO PARA AS AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO NOS ROTEIROS DAS CONTAS ANUAIS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE 2023

- ✓ Não realizou a implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, nos termos do artigo 54, da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Comunicado GP nº 78, de 01 dezembro de 2022);
- ✓ Processos de dispensa para locação de imóveis não possuem a avaliação prévia da compatibilidade com o valor de mercado, desatendendo assim ao inciso X, art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 01 de junho de 1993 e art. 74, inciso V, § 5º da Lei Federal nº 14.133, de 01 abril de 2021, bem como não realiza nova avaliação para as renovações contratuais, utilizando-se do índice de reajuste previsto em contrato, em desatendimento aos princípios da economicidade e do interesse público;
- ✓ Imóveis locados pela Prefeitura não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
- ✓ Existência de Conselhos Municipais inativos, ausência de divulgação ou divulgação parcial de Atas, Pareceres, Resoluções, Deliberações, Cronograma das Reuniões e Composição de seu Membros da maioria dos Conselhos existentes;
- ✓ Servidores terceirizados que registram o ponto manual antecipadamente.

C.2.3. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO NAS UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAIS

- ✓ Desatendimento às Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e 13.146, de 06 de julho de 2015 quanto à acessibilidade, várias Unidades Escolares visitadas possuem escadas de acesso ou rampa muito íngreme, além de degraus nas portas das salas de aula.

C.2.4. AUSÊNCIA DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB) EM IMÓVEIS OCUPADOS PELO PODER PÚBLICO

- ✓ Dos 53 imóveis ocupados pelo Poder Público 21 não possuem AVCB, dentre esses há Unidades de Saúde e Escolas Municipais.

C.2.5. APLICAÇÃO IMPRÓPRIA DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

- ✓ Despesa imprópria realizada por Entidade do Terceiro Setor; falta de fiscalização nas Entidades que recebem recursos públicos.

D.1.2. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB

- ✓ O Município não atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, habilitando-se a receber a complementação VAAR.

E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- ✓ Desatendimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 quanto à transparência no sítio eletrônico da Prefeitura.

E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- ✓ Falta de fidedignidade nas informações enviadas via Sistema Audesp (B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, C.1.1, C.1.6, C.1.10, C.1.10.1 e C.2.3).

F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

- ✓ O Município poderá não atingir diversas metas propostas pela Agenda 2030 entre países-membros da Organização das Nações Unidas-ONU, estabelecidas por meio Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

F.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TCESP

- ✓ Desatendimento às recomendações Desse E. TCESP.

1.3. CONTRADITÓRIO

Devidamente notificado, nos termos do artigo 30 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (Evento 149.1, DOE-TCESP de 17-09-2024), o responsável pelas contas apresentou esclarecimentos (Evento 183).

Após a inclusão dos presentes autos na Ordem do Dia da Primeira Câmara de 13 de maio de 2025, a Origem trouxe memoriais reforçando os argumentos da fase instrutória. O conteúdo foi considerado para a formação do juízo a seguir.

1.4. MANIFESTAÇÕES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS E CHEFIA DE ATJ

As **Assessorias Técnicas** manifestaram-se pela emissão de **parecer favorável**, no que foram acompanhadas por sua **Chefia** (Evento 203).

1.5. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O **D. Ministério Público de Contas** manifestou-se pela emissão

de **parecer desfavorável** devido à deficiências no planejamento (B.1); excesso de alterações orçamentárias (C.1.1); ineficiente gestão do ensino, sobretudo pelo déficit de vagas no ensino infantil (A.4, B.3, B.3.2); ineficiente gestão da saúde (B.4.1); irregularidades na contratação de servidores temporários (C.1.10.1); pagamento de horas extras de forma contínua e em valores fixos (C.10.2); acúmulo de férias vencidas (C.10.3) e falta de fidedignidade dos dados informados ao Sistema Audesp (C.2.3).

Propôs, ainda, recomendações à Origem a respeito dos pontos tratados no relatório do IEGM e nos itens A.5, C.1.4, C.1.6, C.1.7, C.2.2, C.2.3, C.2.4, C.2.5, D.1.2, E.1, F.1 e F.2 (Evento 208).

1.6. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM/TCESP

Nos últimos três exercícios o município atingiu os seguintes índices de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM:



População [2022]: 55.074
Área territorial [2022]: 802,555 km²
IDEB [2019]: 6,9

PIB [2018]: R\$ 2,03 bi
PIB Per Capita [2018]: R\$ 37.387,02
IDHM Longevidade [2010]: 0,867

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
IEG-M	B	B	B	B
i-Planejamento	C+	C	C+	C+
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	B	B	C+	B
i-Saúde	B	B	B	B
i-Amb	B	C	C+	B
i-Cidade	C+	B	C+	B+
i-Gov-TI	B	C+	C+	B

Os dados do quadro acima indicam que o município manteve a avaliação geral (conceito “B”, *gestão efetiva*), com melhora nos setores de Ensino, Meio Ambiente, Infraestrutura e Governança de TI.

1.7. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2023 a Prefeitura Municipal aplicou os recursos arrecadados da seguinte forma:

	EFETIVADO	ESTABELECIDO
Resultado da Execução Orçamentária	<i>Superávit de 6,55%</i>	
Ensino (<i>Constituição Federal, artigo 212</i>)	26,93%	<i>Mínimo: 25%</i>
Despesas com Profissionais da Educação Básica (<i>Artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/2020</i>)	87,33%	<i>Mínimo: 70%</i>
Utilização dos recursos do FUNDEB (<i>Artigo 25, §3º, da Lei Federal nº 14.113/2020</i>)	100%	<i>Mínimo: 90% no exercício e 10% no 1º quadrimestre seguinte</i>
Saúde (<i>ADCT da Constituição Federal, artigo 77, inciso III</i>)	24,84%	<i>Mínimo: 15%</i>
Despesas com pessoal (<i>Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 20, III, "b"</i>)	28,85%	<i>Máximo: 54%</i>

1.8. DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS / CONSTITUCIONAIS

O Município efetuou os repasses à Câmara Municipal em conformidade com o artigo 29-A da Constituição Federal.
O Município efetuou recolhimento de encargos sociais.
O Município quitou os precatórios judiciais, bem como os requisitórios de baixa monta.

1.9. ÚLTIMOS PARECERES

Exercícios	Processos	Pareceres
2022	TC-004268.989.22	Favorável
2021	TC-007221.989.20	Favorável
2020	TC-003238.989.20	Favorável

É o relatório.

2. VOTO

2.1. Contas anuais do exercício de 2023 da **Prefeitura Municipal de Olímpia**.

2.2. FINANÇAS

O Município registrou superávit na execução orçamentária de R\$ 27,246 milhões de reais (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil reais), correspondentes a 6,55% das receitas realizadas. O resultado contribuiu para o superávit financeiro de R\$ 66,674 milhões (sessenta e seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais), indicando capacidade de pagamento dos valores exigíveis no curto prazo.

O resultado econômico também foi positivo, refletindo em aumento do saldo patrimonial. Todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, referentes a dívida consolidada, concessões de garantias, operações de crédito, antecipação de receitas orçamentárias e despesas de pessoal.

Um ponto de atenção para a Administração municipal refere-se ao aumento da dívida de longo prazo, em 47,80%, levando a um saldo devedor ao final do exercício de quase R\$ 90 milhões (noventa milhões de reais). O aumento foi composto, na sua maior parte, pela realização de operações de crédito. Embora todos os limites tenham sido atendidos, como já mencionado anteriormente, cumpre **recomendar** à Origem que evite elevar o grau de endividamento do município, de modo a não comprometer orçamentos futuros em demasia.

Quanto às obrigações legais, a instrução indica que foram suficientes os depósitos de precatórios judiciais segundo o regime especial de pagamentos, e que os requisitórios de pequeno valor foram quitados. As transferências ao legislativo obedeceram às regras do artigo 29-A da CF/88. Houve recolhimento tempestivo dos encargos sociais, inclusive os decorrentes de acordos de parcelamento.

Neste ponto, entretanto, cabe uma **recomendação** ao Executivo para que efetivamente implemente o sistema de previdência complementar,

instituído legalmente em 2021, mas ainda não regulamentado.

Os números da execução orçamentária e financeira do Município de Olímpia indicam equilíbrio das contas, o que é corroborado pela nota “B” (gestão efetiva) obtida no i-Fiscal do IEGM. Por esse motivo, e em vista das justificativas apresentadas pela Origem a respeito das falhas no planejamento, penso ser possível relevar o significativo percentual de alterações orçamentárias, de 50,25% da despesa fixada, sem prejuízo de **recomendar** ao gestor que aprimore o setor de planejamento e o processo de elaboração orçamentária.

2.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Do ponto de vista operacional, o município obteve avaliação bastante satisfatória na metodologia do IEGM, sendo atribuída a nota “B” (gestão efetiva) a praticamente todos os setores da administração, inclusive ensino e saúde. No entanto, existem algumas oportunidades de melhoria.

Nas inspeções “in loco” realizadas nas escolas e unidades de saúde para verificação das condições físicas dos estabelecimentos, a auditoria do Tribunal de Contas encontrou diversas impropriedades extensamente demonstradas em fotografias inseridas no relatório de fiscalização. A Origem, em sua peça defensiva, nada declarou a respeito. Portanto **recomendo** ao gestor que providencie os reparos necessários em todos os estabelecimentos de ensino e saúde, inclusive de forma a garantir acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida, bem como elabore um cronograma de manutenções periódicas para esses prédios.

A Origem também não se manifestou a respeito da falta de vagas em creches da rede pública municipal. Segundo apurado, havia um déficit de 483 (quatrocentos e oitenta e três) vagas, embora a Administração tenha informado déficit de 261 (duzentos e sessenta e um).

Lembro que a matéria está disciplinada no inciso IV e no § 2º,

ambos do art. 208 da CF¹. Na mesma linha, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, com vigência estendida até 2025 pela Lei Federal nº 14.934/2024, teve como uma de suas metas principais metas ampliar a oferta de educação infantil em creches. Assim **determino** ao atual gestor do Município que tome medidas efetivas com o objetivo de atender a demanda reprimida de crianças em suas creches municipais.

Na área da saúde a **recomendação** é para que a Prefeitura invista no Programa Estratégia Saúde da Família, tendo em vista as falhas verificadas na fiscalização ordenada, por se tratar de um trabalho contínuo, cujo objetivo é acompanhar diariamente os problemas de saúde da população local, de fundamental importância na prevenção de doenças mais graves.

No que se refere à gestão ambiental, **recomendo** à Prefeitura que estabeleça um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos e adequado processamento antes do aterramento, bem como fiscalize os pontos de descarte irregular de lixo.

2.4. APONTAMENTOS REMANESCENTES

Segundo a instrução, os relatórios de controle interno se limitam a reproduzir dados contábeis emitidos por software, não havendo menção à processos de contratação ou acompanhamento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas. Em sua defesa a Origem apresentou procedimentos de auditoria interna por amostragem em processos de contratação, bem como Plano Anual de Controle Interno, ambos relativos a procedimentos de 2024, ano seguinte ao exercício em análise. **Recomendável**, portanto, que a Administração siga aprimorando o setor de Controle Interno, para que cumpra plena e efetivamente sua função constitucional.

A fiscalização apontou que dos 53 (cinquenta e três) imóveis utilizados pelo poder público, 21 (vinte e um) não possuem Auto de Vistoria do

¹ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, **importa responsabilidade da autoridade competente**

Corpo de Bombeiros, incluindo escolas, unidades de saúde e o próprio paço municipal. No entanto, todos próprios municipais estão em processo de adequação, conforme levantado pela auditoria em seu relatório, que listou o estágio em que cada um se encontra. Portanto a Administração adotou as providências necessárias à obtenção do documento, devendo a equipe técnica acompanhar o deslinde da matéria no próximo ofício roteiro.

Com relação ao quadro de pessoal, permanece elevada a quantidade de servidores contratados por período determinado, especialmente de professores, impropriedade que vem sendo relatada e criticada por este Tribunal desde as contas de 2019, conforme constou no relatório de fiscalização.

Saliento que a precariedade desse tipo de contratação prejudica o planejamento pedagógico de longo prazo, tanto da Secretaria de Educação quanto dos próprios profissionais, indicando falta de valorização e de investimentos no corpo funcional e, eventualmente, podendo causar prejuízo ao aprendizado dos alunos por redução da qualidade do ensino.

Bem por isso o Conselho Nacional de Educação – CNE recomenda que a quantidade de professores contratados por tempo determinado não ultrapasse os 10% do efetivo, parâmetro integrante do Plano Nacional da Educação – PNE.

Portanto **determino** à Prefeitura de Olímpia que adeque o quadro de pessoal do Ensino, priorizando a realização de concurso público para admissão de servidores efetivos e demais cargos inerentes às atividades de Estado.

Ainda no setor de pessoal, deverá o Executivo limitar a realização de horas extras apenas ao estritamente necessário, quando houver relevante interesse público, com as devidas justificativas e rigoroso controle de jornadas extraordinárias, de preferência por meio de ponto eletrônico. Deverá, ainda, regularizar a situação dos servidores com férias vencidas, mediadas que ficam aqui **recomendadas**.

Quanto às informações prestadas ao Sistema Audesp, a instrução

indica em diversos itens referentes ao IEGM que havia divergências com os dados verificados na Origem, ocorrendo o mesmo com relação ao quadro de pessoal. A inadequada remessa de informações, além de obstruir o livre exercício da atividade fiscalizatória desta Casa, denota inobservância aos princípios da transparência (art. 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (art. 83, da Lei nº 4320/64), assim como desobediência às Instruções desta E. Corte, devendo esta situação ser alvo de **providências** imediatas pela Prefeitura.

As demais falhas apontadas pela Fiscalização podem ser relevadas, **recomendendo-se** a adoção de medidas corretivas para que não se repitam nos exercícios futuros.

2.5. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, acompanhado das Assessorias Técnicas, **VOTO** pela emissão de **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas de 2023 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA**, ressaltando os atos pendentes de apreciação por esta Corte.

Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as seguintes **recomendações e determinações**:

- Evite a elevação do grau de endividamento do município por meio de operações de crédito;
- Implemente, de forma efetiva, o já instituído sistema complementar de previdência;
- Aprimore o setor de planejamento e o processo de elaboração orçamentária;
- Providencie os reparos necessários nos estabelecimentos de ensino e saúde e elabore um cronograma de manutenções periódicas;
- Atenda a demanda reprimida por vagas em creches na rede pública municipal (*determinação*);
- Invista no aprimoramento do programa Estratégia Saúde da Família;

- Estabeleça um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos e adequado processamento antes do aterramento; fiscalize os pontos de descarte irregular de lixo;
- Aprimore o setor de Controle Interno;
- Priorize a realização de concurso público para admissão de servidores efetivos e demais cargos inerentes às atividades de Estado (*determinação*);
- Limite e controle a realização de horas extras;
- Regularize a situação dos servidores com férias vencidas;
- Informe corretamente os dados ao Sistema Audesp (*determinação*);
- Atenda as instruções, recomendações e determinações deste Tribunal de Contas;
- Adote medidas voltadas ao saneamento das demais falhas apontadas pela Fiscalização.

A fiscalização deverá verificar as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação a todas as determinações, recomendações e alertas, no próximo roteiro “in loco”.

É como voto.

DIMAS RAMALHO
CONSELHEIRO